

UNIVERSALISMO E RELATIVISMO LINGÜÍSTICO

Alfredo Maceira Rodríguez

1. INTRODUÇÃO

A Lingüística como ciência é relativamente nova. Como toda disciplina, para adquirir o *status* de ciência, tem que dispor ao menos de um objeto de estudo e de uma metodologia. Os antigos gregos já se preocupavam com estudos lingüísticos do ponto de vista filosófico. A língua, como todo conhecimento humano, explicava-se dentro dos postulados de uma escola filosófica. Desde o Renascimento até o século XIX, os estudos lingüísticos esporádicos e limitados que se realizavam na Europa tinham como base filosófica a escolástica¹. Foi somente nas primeiras décadas do século XIX, sob os postulados evolucionistas por um lado e a vontade de descobrir as raízes das nacionalidades por outro, sobretudo nos países germânicos, que metodologias científicas foram empregadas nas pesquisas lingüísticas, dando origem à descoberta das protolínguas, destacando-se entre estas o indo-europeu.

Seguindo a teoria evolucionista dominante², supunha-se que as línguas obedeciam às leis biológicas, como os demais organismos, e, para estudá-las, o método que se considerava adequado era o que veio a denominar-se *histórico-comparativo*. Estudava-se a evolução histórica da língua e comparava-se com as demais línguas conhecidas. A falta da prova material de um elemento lingüístico de qualquer língua, ou mesmo de toda uma protolíngua, não impedia sua reconstituição hipotética, dedutível que era pelas leis da evolução e comprovada por sua existência nas demais línguas conhecidas.

A reconstituição da fala humana, em que pese ao enorme esforço desenvolvido pelos comparativistas, só pôde recuar alguns milênios, embora o homem na terra seja muito mais antigo e, como ser gregário, empregaria algum sistema lingüístico de comunicação, do que não ficou qualquer vestígio. O proto-indoeuropeu e outras protolínguas são reconstituições hipotéticas.

¹ Escolástica. Doutrina teológico-filosófica que predominou na Idade Média do séc. IX ao séc. XVII. Preconizava a relação entre a fé e a razão, na dependência do pensamento filosófico greco-romano e da teologia cristã.

² Evolucionismo. Doutrina filosófica ou científica baseada na idéia da evolução. Em Biologia refere-se à evolução e mutabilidade das espécies (darwinismo) o que, na lingüística historicista também se aplicaria às línguas.

No decorrer dos estudos lingüísticos confrontam-se duas correntes:

1. A que considera as línguas individualmente, sem que tenham que coincidir em todos ou mesmo em alguns dos atributos;

2. A que considera que o ser humano já vem equipado para adquirir a linguagem, não importa qual seja. Segundo esta teoria, o homem possui algum dom inato que lhe permite reconhecer rapidamente certos elementos lingüísticos, presentes em qualquer língua: os *universais lingüísticos*.

Analisemos alguns postulados de ambas as teorias:

2. O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO

A tese da *relatividade lingüística* ou *relativismo* nega a existência de propriedades universais nas línguas humanas. Para os relativistas, cada língua é única e tem que ser descrita como tal. O relativismo tem sido associado ao estruturalismo, principalmente ao bloomfieldiano, e ao funcionalismo. Pode ser encarado como uma reação metodológica à tendência de descrever as línguas nativas das Américas com base nas gramáticas tradicionais ocidentais. O relativismo filosófico e lingüístico foi rejeitado por Chomsky e seus seguidores ao formular as bases do gerativismo.

A primeira manifestação do relativismo filosófico pertence ao sofista grego Protágoras, citado por Platão: “A maneira como as coisas se apresentam a mim, é a maneira como elas existem para mim e a maneira como as coisas se apresentam a você, é a maneira como elas existem para você”.³ Quer dizer que não há verdade ou que tudo é verdade, depende de cada um. A Platão bastou-lhe esta afirmativa para considerar inconsistente toda a doutrina. Ele alinhou uma série de argumentos para provar a inconsistência do relativismo, mas a teoria continua tendo seus defensores até os dias de hoje.

O relativismo apresenta-se de várias formas. O próprio *pragmatismo* é uma forma de relativismo. Pode-se distinguir o *relativismo cognitivo*, que abrange toda espécie de conhecimento, do *relativismo moral*, que se refere a critérios de valor, assim como o *relativismo cultural* que se baseia na certeza de que as culturas são diferentes e podem conter valores muito diversos.

O *relativismo lingüístico* é uma variedade moderna do relativismo cognitivo: a verdade é criada pela gramática e pela semântica de uma determinada língua. Esta idéia tem sua origem filosófica em Ludwig Wittgenstein, mas adquire independência na Lingüística com a teoria de Benjamin Lee Whorf. Segundo ele, o mundo não tem estrutura própria; a estrutura é imposta pela linguagem. A aprendizagem de outra língua significa criar

³ Ross, Kelley L. (home page): 1996.

um mundo novo, onde tudo é completamente diferente. Para Wittgenstein, as regras de uma determinada língua eram um “jogo” que se joga quando se fala. Enquanto “jogamos”, praticamos alguma “forma de vida”.⁴

O lingüista e antropólogo norte-americano Edward Sapir e seu discípulo B. L. Whorf eram herdeiros de uma tradição do pensamento europeu, que embora não negasse a existência de universais lingüísticos, enfatiza o valor positivo da diversidade lingüística e cultural, sem deixar de lado os princípios do idealismo romântico. Esta tradição remonta a J. G. Herder, Wilhelm von Humboldt e, possivelmente, a Franz Boas.

Uma versão de linguagem e pensamento baseada nesta tradição, na década de 1950, foi rotulada de “hipótese Sapir-Whorf” e é associada ao relativismo lingüístico. É uma das versões mais notáveis das características do pensamento lingüístico do estruturalismo norte-americano, inclusive da escola pós-bloomfieldiana.

A hipótese Sapir-Whorf combina determinismo lingüístico com relatividade lingüística: a língua determina o pensamento e não há limites para a diversidade estrutural das línguas.

Embora a hipótese Sapir-Whorf seja considerada forte, ela não exclui a possibilidade do bilingüismo nem da tradução. Embora ninguém defenderia o determinismo extremo nem a relatividade extrema, é possível considerar uma versão mais fraca da hipótese levando-se em conta experiências que vêm sendo feitas desde então. Os vocabulários de línguas diferentes costumam não ser totalmente isomórficos e existem realidades mais facilmente codificáveis em uma língua que em outra.⁵

Parece que ainda não foi achado um bom motivo para descartar a idéia de que falantes de línguas diferentes têm a mesma visão do mundo no que diz respeito a conceitos fundamentais como tempo, espaço, número, matéria, etc., porém podem ter visão diferente quanto a outros conceitos, principalmente os vinculados à cultura, porque estes implicam conhecimento da mesma.

O problema da tradução exata é difícil e, às vezes, impossível, pelo não isomorfismo lexical e gramatical (até no tempo gramatical, modo e número). Franz Boas (1911) apresentou o conhecido exemplo de que o esquimó não dispunha de uma única palavra para neve e sim de diversas, uma para cada modalidade de neve, devido à importância que este elemento tem na sua cultura.

As diferenças lexicais e gramaticais entre as línguas nem sempre se devem a diferenças culturais, mas elas existem na estrutura gramatical e no léxico e, muitas delas, podem ser atribuídas a estas diferenças.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Lyons, John. p. 276-277.

3. UNIVERSALISMO LINGÜÍSTICO

Contrariamente aos relativistas, que defendem a teoria de que cada língua corresponde a uma cultura e, na sua versão mais forte, a tradução seria impossível, os universalistas acreditam que todas as línguas humanas possuem propriedades comuns, mesmo não tendo tido qualquer contato que permita atribuir essas características comuns à *difusão cultural*⁶.

O homem viria com algum equipamento inato, que lhe permitiria adquirir nos primeiros anos de vida a língua de seu ambiente familiar, qualquer que ela fosse, pois já viria conhecendo as condições básicas da língua humana, condições que lhe permitiriam a aquisição rápida da modalidade da língua falada no ambiente que o rodeia, naqueles primeiros anos de vida. Essas propriedades gerais da língua humana são denominadas *universais lingüísticos*. Pelo menos quatro dessas propriedades aparecem em todas as línguas, e podem estar interligadas de diversas maneiras. São elas a *arbitrariedade*, a *dualidade*, a *descontinuidade* e a *produtividade*.

Os universais lingüísticos vêm sendo procurados desde a Antigüidade. A crença na universalidade da linguagem humana ficou bem exemplificada na gramática de Port-Royal⁷ de 1660 e em muitos tratados sobre a linguagem no século XVIII. A dificuldade tem sido o saber que propriedades das línguas humanas podem realmente ser consideradas universais. Existem propriedades comuns a muitas línguas, mas, com o conhecimento e estudo de outras línguas, verifica-se que existem propriedades que na verdade não são universais, ou seja, inerentes a todas as línguas humanas e sim que sua coincidência nas línguas conhecidas deve ocorrer devido à difusão cultural.

Os estruturalistas, de um modo geral, enfatizavam a diversidade estrutural das línguas. Nos Estados Unidos, ao estruturalismo bloomfieldiano veio a opor-se, no fim da década de 1950, o gerativismo de Noam Chomsky. Enquanto o estruturalismo norte-americano tinha por base o materialismo e acreditava na filosofia behaviorista segundo a qual o cérebro do aprendiz era uma *tabula rasa* sem qualquer qualidade inata para adquirir conhecimento, Chomsky acredita em alguma espécie de inatismo e nas propriedades universais da linguagem. De certa forma ocorre uma volta aos

⁶ Difusão cultural é o nome dado pelos antropólogos à interdependência de linguagem e cultura. A difusão cultural facilita a tradução e reduz ou dissimula diferenças semânticas entre as línguas.

⁷ Várias gramáticas filosóficas estão vinculadas as escolas francesas de Port-Royal. Eram instituições religiosas e educacionais. A gramática de Port-Royal só foi reimpressa em 1830.

princípios universalistas da Antigüidade e à gramática de Port-Royal, pois Chomsky acredita que a linguagem humana é, ao menos nos primeiros anos de vida, transmitida geneticamente. Esta condição é inata e específica da espécie. Assim, acredita que existem propriedades formais que são encontradas em todas as línguas, porém essas propriedades são arbitrárias. A busca dessas propriedades tem sido responsável por interessantes trabalhos, tanto na lingüística teórica como na descritiva.

Chomsky propõe a classificação dos universais lingüísticos em *formais* e *substantivos*.

Entre os universais formais poder-se-ia classificar a teoria do componente fonológico de Jakobson por ser caracterizada por um pequeno número de traços fonéticos fixos (talvez entre 15 e 20), que seriam universais⁸.

A gramática universal tradicional também poderia ser considerada uma teoria de universais substantivos não só no que respeita à fonética universal, mas também pelas categorias fixas (nome, verbo, etc.), que se encontram na estrutura sintática subjacente de qualquer língua.

Ainda como propriedade universal substantiva se poderia defender uma teoria de universais semânticos que realizam certas funções de designação em todas as línguas. Cada língua tem de conter itens lexicais para designar pessoas, certos objetos relacionados com o ser humano, certos comportamentos, sentimentos, etc.

Podem existir, no entanto, propriedades lingüísticas universais mais abstratas. Basta que se prove que uma propriedade abstrata é geral nas línguas humanas. Estudos recentes permitiram a apresentação de diversas propostas acerca de universais formais nesse sentido. Uma dessas propostas é a de que o componente sintático de uma gramática deve conter regras transformacionais que projetem estruturas profundas interpretadas semanticamente em estruturas superficiais interpretadas foneticamente. Essas propostas encaram de maneira diferente as propriedades universais das línguas: os elementos fonéticos compõem a camada fonética em todas as línguas, determinadas categorias específicas devem ser fundamentais para a sintaxe de todas as línguas e determinados traços ou categorias semânticas fornecem um quadro universal para a descrição semântica. Estes universais são substantivos porque têm a ver com o vocabulário, enquanto os universais formais se relacionam mais com as regras que regem as gramáticas e com suas interconexões.

Universais formais também é possível procurá-los no campo semântico: nomes próprios (existem em qualquer língua), nomes para designar objetos relativos a espaço e tempo, nomes de cores, termos de determinados objetivos, necessidades e funções humanas, etc.

⁸ Chomsky, N. *Aspects...*, p. 111.

A existência de universais formais profundos, no sentido sugerido por exemplos tais como estes, implica que todas as línguas são construídas obedecendo ao mesmo padrão, mas não implica que exista uma correspondência ponto por ponto entre línguas particulares. Não implica, por exemplo, que exista qualquer processo razoável de tradução entre as línguas.⁹

A opinião de Chomsky sobre os universais lingüísticos, que vimos seguindo aqui, foi manifestada em 1965 e aqui ele já admite restrições em muitos universais. Os lingüistas vêm acrescentando outras restrições, inclusive à teoria da gramática universal, o que enfraquece a teoria, com o que não estão de acordo alguns partidários do gerativismo. Em 1973, Kimbal comenta:

Quanto mais limitada a capacidade gerativa da classe de gramáticas disponíveis, como gramáticas potenciais das línguas humanas, tanto mais próximo da explicação da aquisição da linguagem pela criança chegou o lingüista. Acrescentar novos mecanismos à gramática aumenta a capacidade gerativa da classe de gramáticas resultante é uma perda completa de poder explicatório da gramática universal; e cada acréscimo deve ser justificado por considerações empíricas.¹⁰

Em 1969, Berlin e Kay estudaram a divisão do *continuum* visual do espectro das cores em vinte línguas, o que resultou na publicação de um livro importante denominado *Basic Color Terms*. Segundo sua teoria, denominada teoria de Berlin-Kay, as diferenças na divisão dos conceitos básicos de cores não são tão arbitrárias como se pensava. Preocuparam-se com o que chamaram de significado *focal* de um termo de cor e chegaram à conclusão de que havia onze cores básicas e que a divisão do espectro nessas onze cores ocorria nas línguas estudadas, o que provaria seu universalismo. O problema das diferenças situa-se na fronteira entre as diversas cores. Os falantes do inglês não parecem ter dificuldade entre a distinção das diversas tonalidades e os das outras 19 línguas por eles estudadas tendem a fazer concordar os termos designativos de cores nas áreas focais.

Qualquer língua, com apenas três termos, designará os focos correspondentes ao preto, branco e vermelho; com seis acrescentará o verde, o amarelo e o azul. Com mais uma cor, o sétimo termo corresponderá ao marrom. A seguir vêm o roxo, o rosa, o laranja e o cinza, que, num sistema de oito cores básicas, se completará com qualquer uma destas, mas sem qualquer ordem de preferência.¹¹

A hipótese Berlin-Kay tinha por finalidade combater o relativismo,

⁹ Idem, *ibidem*. p. 112-113

¹⁰ Kimbal, John P. *Teoria...* p. 87.

¹¹ Lyons, John. *Op. cit.* p. 284

provando que também no campo semântico alguma forma de universalismo era possível. A hipótese tem sido muito discutida e contestada, à medida que se iam realizando novas pesquisas em línguas pertencentes a outras culturas, cuja lexicalização do espectro visual se realiza de formas diferentes. As restrições à teoria começaram a aparecer e até a metodologia que empregaram é questionada, pois, se no inglês americano, mesmo nas camadas populares, a identificação das onze cores básicas não sofre restrições, não ocorre o mesmo nas demais. As 19 línguas restantes foram testadas cada uma em apenas em um indivíduo bilíngüe, o que não parece garantir representatividade. Berlin e Kay continuaram defendendo sua hipótese, juntos, individualmente ou com outros colaboradores. Sua última referência bibliográfica é de 1991.¹²

O problema da lexicalização do espectro visual está longe de estar resolvido. Num exaustivo estudo que está sendo realizado por B. A. C. Saunders & J. van Brakel, na Universidade de Leuven (Bélgica), estes lingüistas solicitam a colaboração de estudiosos de todo o mundo até seu estudo ser publicado, que pode ser enviada para seu *site* na Internet, onde obtivemos estas informações.¹³ Eles dispõem de uma vasta bibliografia, parte dela bem recente, inclusive muitas pesquisas próprias, abordando e discutindo diversos aspectos, não só lingüísticos, da lexicalização da cor nas línguas humanas naturais. Apresentamos sucintamente suas conclusões provisórias, donde se deduz que o debate está longe de ser concluído:

1. Não se pode negar a oposição estrutural nem funcional.

2. A história da arte e da ciência do Ocidente e seu cruzamento cultural indicam que não é confiável o processo de acreditar na percepção popular para estabelecer a divisão em quatro tonalidades e onze categorias básicas de cor ou em qualquer outra caracterização perceptual da cor tida como universal.

3. Psicologicamente não existe nada natural que permita identificar a combinação ou separação de tonalidade, brilho ou saturação.

4. Há pouca ou nenhuma evidência concreta de interligações fisiológicas e psicofísicas.

5. Não há prova suficiente para especificar os mecanismos correspondentes às quatro tonalidades de Hering.¹⁴

Os universais semânticos são ainda mais discutidos que os dos demais atributos lingüísticos, como os fonológicos e sintáticos. O campo se-

¹² Saunders, B. A. C. & Brakel, J. van. (home page): 1996

¹³ B. A. C. Saunders & J. van Brakel. Centre for Social and Cultural Anthropology. University of Leuven. Belgium.
pop00127@cc5.koleuven.ac.be

¹⁴ Hering acredita num sistema universal constituído por quatro cores básicas.

mântico que se relaciona ao léxico das cores é um dos preferidos, tanto de relativistas como de universalistas, no plano da semântica. Em 1981, John Lyons, depois de analisar os estudos que até então se tinham realizado na área, conclui:

O que é verdadeiro em relação ao vocabulário de cores parece sê-lo também em relação a qualquer domínio lexical que se escolha. Se existe uma subestrutura universal de distinções semânticas no âmbito de tal domínio, haverá também uma superestrutura dependente de cultura, não universal e talvez mais ampla¹⁵.

Como vimos, passados mais de 15 anos desta proposição de Lyons, as opiniões a respeito da universalidade ou não do léxico das cores parecem ainda mais contraditórias.

4. CONCLUSÃO

Vimos que existem desde há muito tempo dois conceitos filosóficos opostos relativos às línguas humanas.

Para a escolástica, a língua é um dom divino só para o homem. A grande diversidade de línguas do mundo deve-se à confusão das línguas imposta por Deus à humanidade, pela ousadia de querer atingir o céu através da Torre de Babel. Ao dispersar-se, cada comunidade não podia entender-se com as demais. No entanto, a gênese tinha sido a mesma e o dom da linguagem só tinha sido concedido à espécie humana.

Os histórico-comparativistas do século XIX, conviveram com duas teorias filosóficas opostas:

1. O *racionalismo*, que pretendia chegar à verdade por meio da razão;

2. O *empirismo*, que acreditava que só a experiência podia levar à verdade.

Segundo os empiristas, os princípios racionais, embora existam, não podem levar ao conhecimento da verdade.

Sob o domínio do evolucionismo e do romantismo, os histórico-comparativistas lançaram-se à procura de propriedades universais nas línguas humanas. Compararam as línguas conhecidas e afastaram-se cada vez mais no tempo e no espaço, conseguindo reconstituir línguas e protolínguas. Apesar da distância, comprovaram que as línguas humanas tinham elementos comuns. Faltava saber o que era realmente universal, ou seja, característico de toda língua humana, e o que era específico de cada uma delas.

Os estruturalistas descrevem cada língua em particular e consideram

¹⁵ Lyons, John. Op. cit. p. 286.

impossível a existência de uma gramática universal. Para as versões mais fortes do estruturalismo a tradução é impossível. O *behaviorismo*¹⁶, de acordo com a filosofia materialista, não acredita em inatismo. A aprendizagem, mesmo a da língua materna, se obtinha com exercícios repetidos e reforço. Já o gerativismo admite algum tipo de inatismo para a aquisição da língua materna. As regras transformacionais da sintaxe seriam comuns a todo ser humano, independente de qual for sua língua e cultura. Da mesma forma, haveria outras propriedades responsáveis pela universalidade de grande parte dos fonemas e das regras que governam a estrutura fonológica, além das propriedades universais geralmente aceitas como a arbitrariedade, a dualidade, a descontinuidade e a produtividade.

Se há pouca discussão quanto à aceitabilidade de universais fonológicos e sintáticos, o mesmo não ocorre com os universais semânticos. Sabemos que a arbitrariedade é uma propriedade universal, portanto, o léxico não se deve caracterizar pela universalidade. Sua equivalência ou semelhança em grande número de línguas deve-se à origem comum, ao contato, empréstimos, etc. O que se pretende provar é que na organização do léxico em campos que têm a ver necessariamente com o ser humano em geral, em qualquer cultura, o léxico desse campo será organizado da mesma maneira. Aqui se poderia incluir o léxico do parentesco, da anatomia humana, do tempo e do espaço, entre outros.

Um dos campos semânticos mais polêmicos nesse sentido e dos mais estudados é o das cores. Estudos realizados pretenderam provar que em todas as línguas o *continuum* visual do espectro era lexicalizado da mesma maneira. Em todas as línguas as cores principais seriam as mesmas e ocupariam a mesma faixa no espectro, logo essa distribuição corresponderia a um universal lingüístico. Ocorre que estudos posteriores questionam e restringem essa universalidade. Há outros métodos e outras teorias a respeito da lexicalização das cores, mas o tema é controvertido. Pesquisas ainda estão sendo realizadas com vistas a uma conclusão que possa ser aceita por universalistas e relativistas. As duas posições não são excludentes, como já foi demonstrado por vários especialistas que aceitam versões mais fracas de ambas as teorias.

¹⁶ Behaviorismo ou comportamentalismo. Filosofia que restringe a psicologia ao estudo objetivo dos estímulos e reações que se realizam no físico, com total desprezo dos fatos anímicos.

5. BIBLIOGRAFIA E HOME PAGES

- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Trad. introd., notas e apênd. José António Meirelles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra : Arménio Amado, 1978. Tít. original: *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachussets : The Mit Press, 1965.
- KIMBALL, John P. *Teoria formal da gramática*. Trad. Luiz Alberto Cerqueira. Rev. téc. Yonne de Freitas Leite. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. Tít. original: *The Formal Theory of Grammar*. New Jersey : Prentice-Hall Inc., 1973.
- LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Sousa. Rio de Janeiro : Zahar, 1982. Tít. original: *Language and Linguistics*. Cambridge : Cambridge University Press, 1981.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1983. Reimp. 1988. Tít. original: *A Short History of Linguistics*. Copyright © 1967 by R. H. Robins.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Vers. esp. Enrique Tierno Galván. Introd. de Bertrand Russell. Madrid : Alianza Editorial, 1973. Tít. original: *Tractatus logico-philosophicus*, [Wien, 1918].

HOMEPAGES

pop00127@cc5.koleuven.ac.be

B. A. C. SAUNDERS & J. van BRAKEL. *Are there non-trivial constraints on colour categorization?*

Paper aceito para publicação por Cambridge University Press. Copyright © 1996. Informações: bbs@soton.ac.uk

Centre for Social and Cultural Anthropology. University of Leuven, Belgium. <http://www.friesian.com/relative.htm>

KELLEY L. ROSS, Ph.D. *Relativism*. Copyright © 1996.